

TEORIA DA CIÊNCIA:

A sociologia é uma ciência que pretende entender, interpretando-a, a ação social para, desta maneira, explicá-la causalmente em seu desenvolvimento e efeitos. A “ação social” é o sentido indicado por seu sujeito, ou sujeitos, refere-se à conduta de outros, orientando-se por estar em seu desenvolvimento.

Toda a interpretação, como toda a ciência, tende à evidência, que pode ser racional ou empática. E toda interpretação de uma ação de acordo com os fins determinados, orientada racionalmente desta forma, possui o grau máximo de evidência.

O método científico consiste na construção de tipos, investiga e expõe todas as conexões de sentido irracionais e racionais. A construção de uma ação racional com fins determinados serve à sociologia.

A captação interpretativa do sentido ou conexão de sentido equivale a compreensão, que pode ser racional (quando compreendemos o que ouvimos ou lemos), irracional (manifestada por gestos; interjeições) ou explicativa (demonstração científica).

A interpretação por mais que seja evidente vai ser sempre uma hipótese causal. e, como em toda hipótese, é indispensável o controle da interpretação compreensiva dos sentidos pelos resultados.

Em relação a causalidade, pode-se dizer que, de acordo com uma determinada regra de probabilidade a um determinado processo observado segue-se outro processo determinado. A mais evidente adequação de sentido somente poderá ser considerada como uma proposição causal correta, na medida em que se prove a existência de uma probabilidade de que a ação concreta tomará fato.

As leis são determinadas probabilidades típicas, confirmadas pela observação, de que, em dadas e determinadas situações de fato, transcorram de forma esperada, certas ações sociais que são compreensíveis por motivos típicos e pelo sentido típico indicados pelo sujeito da ação.

A construção conceitual da sociedade encontra seu material paragnômico, de forma muito essencial, ainda que não exclusivamente, nas realidades da ação consideradas também importantes do ponto de vista da história. Controle também suas concepções e busque suas leis com o propósito, antes de tudo, de poder prestar algum serviço à imputação causal histórica dos fenômenos culturalmente importantes.

A sociologia busca também aprender, mediante conceitos teóricos e adequados por seu sentido, os fenômenos irracionais. Em todos os casos, racionais como irracionais, ela se distancia da realidade, servindo para o conhecimento desta na medida, mediante a indicação do grau de aproximação de um fenômeno histórico, em relação a um ou vários destes conceitos, tais fenômenos são ordenados conceitualmente.

TEORIA DA AÇÃO

- Conceito de Ação

A ação social (incluindo tolerância ou omissão) se orienta pelas ações dos outros, as quais podem ser: passadas, presentes ou esperadas como futuras.

Os "outros" podem ser individualizados e conhecidos, ou uma pluralidade de indivíduos indeterminados e completamente desconhecidos.

Toda classe de contato entre os homens não tem, necessariamente, caráter social; mas apenas uma ação com sentido próprio, dirigida à ação dos outros.

A ação social não é idêntica nem a uma ação homogênea de muitos e nem à ação de alguém influenciado pela conduta de outros.

A sociologia, não tem a ver somente com a ação social; entretanto, esta constitui o dado central, aquele que para ela, por assim dizer, é constitutivo.

- Os tipos de Ação Social

A ação social pode ser: racional conforme fins determinados, racional conforme valores, afetiva e tradicional.

Raramente a ação, especialmente a ação social, está exclusivamente orientada por um ou outro destes tipos. Estas formas de orientação devem ser consideradas como puros tipos conceituais, construídos para fins de investigação sociológica.

- O conceito de relação social

Por "relação" social deve-se entender uma conduta plural, de várias pessoas, que pelo sentido que encerra, se apresente como reciprocamente referida, e se oriente por essa reciprocidade. A relação social consiste, portanto, na probabilidade de que se atuará, socialmente de uma forma (com sentido) indicável; sendo indiferente, por ora, saber sobre o que esta probabilidade repousa.

TEORIA DA ESTRATIFICAÇÃO SOCIAL

- As classes

Entende-se por "situação de classe" o conjunto de probabilidades típicas: de provisão de bens, de posição externa e de sentido pessoal, que derivam, dentro de uma determinada ordem econômica, da magnitude e da natureza do poder de disposição (ou da carência dele) sobre bens e serviços, e das maneiras de sua aplicabilidade para a obtenção de rendas ou receitas.

Entende-se por "classe" todo grupo humano -que se encontra numa igual situação de classe.

a) Classe proprietária: aquela em que as diferenças de propriedade determinam de modo primário a situação de classe.

A significação primária de uma classe proprietária positivamente privilegiada reside: no monopólio da compra de objetos de consumo de preços elevados; na situação de monopólio e na possibilidade de uma política planejada monopólica em relação às vendas; no monopólio das probabilidades de formação de patrimônio por meio dos excedentes não consumidos; no monopólio das probabilidades de formação de capital por meio da poupança; privilégios estamentais (de educação), na medida em que são custosos.

I. Constituem classes proprietárias positivamente privilegiadas tipicamente

os que vivem de rendas.

II. Classes proprietárias negativamente privilegiadas são tipicamente: objetos de propriedade (servos); déclassés (proletarii, no sentido dos antigos); devedores; "pobres".

Entre ambas, estão as "classes médias", que são constituídas pelas camadas de toda espécie e que compreende os que possuem propriedades ou qualidades de educação e que tiram delas seu rendimento. Algumas delas podem ser "classes lucrativas" (empresários positivamente privilegiados, proletários negativamente privilegiados). Mas nem todas o são (camponeses, artesãos, empregados).

A articulação das classes proprietárias puras não é "dinâmica", isto é, não conduz necessariamente a lutas de classe e a revoluções de classe.

b) Classe lucrativa: aquela em que as probabilidades da valorização de bens e serviços no mercado determinam de modo primário a situação de classe.

A significação primária de uma classe lucrativa positivamente privilegiada reside: no monopólio da direção da produção de bens no interesse dos fins lucrativos de seus próprios membros; na garantia das oportunidades lucrativas influido na política econômica das associações, tanto políticas como de outro tipo.

I. Classes lucrativas positivamente privilegiadas são tipicamente: empresários (comerciantes, armadores, industriais, empresários agrários, banqueiros e financistas e em determinadas circunstâncias, "profissões liberais" com capacidades ou formação de valor preferencial -advogados, médicos, artistas- e trabalhadores com qualidades monopólicas (próprias ou adquiridas).

II. Classes lucrativas negativamente privilegiadas são tipicamente: trabalhadores em duas diversas espécies, qualitativamente diferenciadas: qualificados, semi-qualificados, não-qualificados ou braçais.

No meio deles também se encontram, como "classes médias", os camponeses e artesãos independentes. Além destes, freqüentemente: funcionários (públicos e privados) e os citados na categoria If e os trabalhadores com qualidades monopólicas excepcionais (próprias ou adquiridas).

c) Classe social: a totalidade daquelas situações de classe entre as quais um intercâmbio pessoal ou na sucessão de gerações é fácil, e costuma acontecer de modo típico.

Situação de classe e classe somente indicam, em si, o fato de situações típicas de interesses iguais (ou semelhantes), nos quais se encontra o indivíduo juntamente com muitos outros mais. O poder de disposição sobre as distintas classes de bens de consumo, meios de produção, patrimônio, meios lucrativos e serviços constitui, em teoria, em cada caso, uma situação de classe particular; mas unicamente forma uma classe homogênea a dos carentes de propriedade e totalmente sem "qualificação", obrigados a ganhar sua vida por meio de seu trabalho em ocupações inconstantes. As transições de uma para outra classe são escorregadias e mais ou menos fáceis e, portanto, a unidade das classes "sociais" se manifesta de modo muito diverso.

O final interrompido de o Capital, Marx, desejava notoriamente ocupar-se

com o problema da unidade de classe do proletariado, apesar de sua diferenciação qualitativa. Para isso é decisiva a significação que os trabalhadores semiquilificados alcançam com a mecanização, às custas das custas dos "trabalhadores qualificados" e, às vezes, inclusive, dos "não qualificados".

As classes não são comunidade no sentido dado aqui a esta palavra; representam, somente, as bases possíveis de uma ação comunitária.

Constitui o fato econômico mais elementar que a forma em que se acha distribuído o poder de posse sobre bens, no seio de uma multipublicidade de homens que se encontram e competem no mercado com finalidade de troca, crie por si própria probabilidades específicas de existência.

A proporção em que, através da "ação massas" dos que pertencem a uma classe, se origina uma "ação comunitária" e, eventualmente, certas solicitações, depende das condições culturais, especialmente de tipo intelectual, e da intensidade alcançada pelos contrastes, assim como especialmente da clareza que revela a relação existente entre os fundamentos e as conseqüências da "situação de classe".

Se as classes não "por si mesmas, comunidades, as situações de classe surgem unicamente no terreno das comunidades.

Mas a ação comunitária que lhes dá origem não é, fundamentalmente, uma ação realizada por aqueles que pertencem a essa mesma classe, mas sim uma ação entre membros de diferentes classes. As ações comunitárias que, por exemplo, determinam modo imediato a situação de classe dos trabalhadores e dos empresários, são as seguintes: o mercado de trabalho, o mercado de bens e a "exploração" capitalista.

A situação estamental pode repousar sobre situações de uma e de outra espécie. Mas nunca está determinada por elas, unicamente: posse de dinheiro e qualidade de empresário não são, em si, qualificações estamentais – embora possam conduzir a elas; e a carência de patrimônio tampouco é, em si, uma desqualificação estamental, embora possa conduzir a ela. Por outro lado, uma situação estamental pode condicionar, em parte ou totalmente uma situação de classe, sem que, por isso, se identifiquem.

Quanto a seu conteúdo, a honraria correspondente ao estamento encontra normalmente sua expressão, sobre tudo, na exigência de um determinado modo de vida por parte daquele que queria pertencer ao seu círculo. A esta existência, corre paralela a limitação da "vida social", isto é, não a economia ou a comercial, incluindo especialmente o matrimônio, até que o círculo assim formado alcança o maior isolamento possível.

O caminho que leva deste estágio ao do privilégio jurídico (positivo e negativo) é facilmente viável sempre que tenha "arraigado" uma determinada estrutura da ordem social e em conseqüência da estabilização da distribuição dos poderes econômicos, tenha alcançado, por sua vez, certa estabilidade.

A rigor, a separação em estamentos desemboca nas conseqüências mencionadas somente quando lhe servem de base diferenças que são consideradas como "étnicas". A "casta" é precisamente a forma normal pela qual costumam "socializar-se" as comunidades étnicas que crêem no parentesco de sangue e que excluem o trato social e o matrimônio com os membros das comunidades exteriores. Assim ocorre no fenômeno dos povos "párias",

estendido pelo mundo todo e ao qual nos referimos ocasionalmente.

A separação em estamentos transformada em divisão de “castas” e a separação meramente “étnica” diferem em sua estrutura, pelo fato de que a primeira converte os grupos horizontalmente justapostos em grupos verticalmente superpostos. Ou melhor uma socialização de tipo amplo reúne as comunidades etnicamente separadas numa ação comunitária específica, política.

A única coisa que acontece é que, nos estamentos negativamente privilegiados, o “sentimento de dignidade” – o resultado da honraria social e das exigências convencionais que o estamento positivamente privilegiado impõe ao modo de vida de seus membros – toma uma direção especificamente distinta.

A origem étnica do estamento, no sentido apontado, não é de modo algum um fenômeno normal. Bem ao contrário. E como de forma alguma correspondem “diferença de raça” objetivas a cada sentimento subjetivo da comunidade “étnica”, a fundamentação racial das divisões estamentais é, com razão, um problema que pertence exclusivamente ao caso singular concreto.

A referência política ou a situação de classe já decidiu quanto a isto, desde tempos imemoriais, com a mesma freqüência. O último dos fatores mencionados é, atualmente, o predominante. Portanto, a possibilidade de se adotar uma conduta própria de um determinado “estamento” costuma estar normalmente condicionada pelas circunstâncias econômicas.

O conceito de dominação política pode ser compreendido da seguinte forma: é a probabilidade de encontrar obediência dentro de um grupo determinado para mandatos específicos. Não consiste, portanto, em toda espécie de probabilidade de exercer poder ou influência sobre outros homens.

Nem toda dominação se serve do meio econômico. E ainda menos tem toda dominação fins econômicos. Porém toda dominação sobre uma pluralidade de homens requer de modo normal (não sempre de modo absoluto) um quadro administrativo; isto é, a probabilidade, em que se pode confiar, de que se dará uma atividade, dirigida à execução de suas ordens gerais e mandatos concretos, por parte de um grupo de homens de quem se espera obediência. Tal quadro administrativo pode estar ligado à obediência a seu senhor (ou senhores) pelo costume, de modo puramente afetivo, por interesses materiais, ou por motivos ideais (conforme valores determinados). A natureza desses motivos determina em grande parte o tipo de dominação. Os motivos podem ser puramente materiais e racionais ou pode haver outros motivos que se acrescentam a esses: afetivos ou racionais.

Nenhuma dominação se contenta, voluntariamente, em ter como probabilidade de sua persistência motivos puramente materiais, afetivos ou racionais segundo valores determinados. Ao contrário, todas procuram despertar e fomentar a crença em sua legitimidade.

A legitimidade de uma dominação deve ser considerada apenas como uma probabilidade, a de ser tratada praticamente como tal e mantida numa proporção importante. Nem ocorre com freqüência que a obediência a uma dominação esteja orientada primariamente pela crença em sua legitimidade.

Existem três tipos puros de dominação. O fundamento primeiro de sua legitimidade pode ser: de caráter racional (autoridade legal), de caráter tradicional (autoridade tradicional) e de caráter carismático (autoridade carismática).

No caso da autoridade legal, é prestada obediência às ordenações impessoais e objetivas, legalmente instituídas, e às pessoas por elas designadas, graças à legalidade formal de suas disposições dentro do círculo de sua competência. No caso da autoridade tradicional, obedece-se à pessoa do senhor designado pela tradição, e a ela vinculado (em seu âmbito) por motivos de piedade, na esfera do que é costumeiro. No caso da autoridade carismática, obedece-se a um caudilho, carismaticamente qualificado, por razões de confiança pessoal na revelação, heroísmo ou exemplaridade, dentro da esfera em que a fé em seu carisma tenha validade.

Na realidade histórica, nenhum dos três tipos de ideais costuma ocorrer em estado "puro".

No tipo puro de dominação tradicional é impossível a "criação" deliberada, por declaração, de novos princípios jurídicos ou administrativos. Novas criações efetivas só podem ser legitimadas quando tiverem sido consideradas válidas em tempos anteriores, e quando forem reconhecidas pela "sabedoria" tradicional. Só contam como elementos de orientação na declaração do direito dos testemunhos da tradição: "precedentes e jurisprudência".

O quadro administrativo típico pode ser recrutado de modo: tradicional, por laços de "piedade", entre os vinculados ao senhor - "recrutamento patrimonial"; recrutamento extrapatrimonial.

Ao quadro administrativo de dominação tradicional, em seu tipo puro, faltou: a "competência" fixa segundo regras objetivas, a hierarquia racional fixa, a nomeação regulada por livre contrato e a ascensão regulada, a formação profissional, o soldo fixo e pago em dinheiro.

Através desses interesses se constituem, freqüentemente pela primeira vez, as competências objetivas, dando lugar, deste modo, à existência de "magistraturas".

Os tipos originários da dominação tradicional estão constituídos pelos casos em que não existia um quadro administrativo pessoal do indivíduo imperante: gerontocracia e patriarcalismo originário.

Deve-se entender por gerontocracia a situação na qual, na medida em que existe uma autoridade na associação, esta se exerce pelos mais velhos. Chama-se patriarcalismo à situação em que, dentro de uma associação, uma só pessoa exerce a dominação, de acordo com as regras hereditárias fixas.

O patriarcalismo original tem afinidade com a gerontocracia porque a dominação só obriga dentro da casa; no mais, sua ação é somente exemplar.

Com a aparição de um quadro administrativo (e militar) pessoal do senhor, toda dominação tradicional tende ao patrimonialismo, e em caso extremo de mando, ao sultanato.

Chama-se dominação patrimonial toda dominação primariamente orientada pela tradição, mas exercida em virtude de um direito próprio.

A forma sultânica do patrimonialismo é, as vezes, em sua aparência externa (mas na realidade, nunca) plenamente tradicionalista. Entretanto, nela não está racionalizada, mas sim desenvolvida ao extremo, a esfera do livre arbítrio e da mercê.

Deve-se entender por carisma a qualidade, que passa por extraordinária, de uma personalidade, graças à qual esta é considerada possuidora de forças

sobrenaturais, sobre-humanas, ou então, tida como enviada de Deus, ou ainda como exemplar e, em consequência, como chefe, caudilho, guia ou líder.

Reconhecimento não é o fundamento da legitimidade, mas sim um dever dos chamados, graças à vocação e à corroboração, a reconhecer essa qualidade. Este reconhecimento é, psicologicamente, uma entrega plenamente pessoal e cheia de fé, surgida do entusiasmo ou da indignação e da esperança.

O quadro administrativo dos imperantes carismáticos não é nenhuma burocracia, e menos ainda uma burocracia profissional. Com efeito, a pessoa é eleita, por sua vez, por qualidades carismáticas: ocorre apenas um chamado feito pelo senhor, segundo sua própria inspiração, fundada na qualificação carismática do candidato.

Enquanto uma profecia não se opuser a outra, concorrente, com a pretensão, por sua vez, de validade carismática, existe unicamente uma luta pela liderança, que só pode ser decidida por meios mágicos, ou por reconhecimento da comunidade, na qual o direito só pode estar de um lado, enquanto que do outro está a injúria sujeita à expiação.

A dominação carismática opõe-se igualmente, enquanto fora do comum e extraquotidiana, tanto à dominação racional, quanto à tradicional. Ambas são formas da dominação quotidiana. A dominação burocrática é especificamente racional; a carismática é especificamente irracional, no sentido de sua estranheza à qualquer regra.

O que todos desprezam, na medida em que vigore o tipo carismático genuíno, é a economia racional de cada dia, a obtenção de renda regular, em virtude de uma atividade econômica que lhe é dirigida de modo contínuo. Considerada a partir da perspectiva de uma economia racional, ela é uma força típica de anti-economicidade, pois rejeita toda dependência do quotidiano.

O carisma é a grande força revolucionária nas épocas vinculadas à tradição. Nas épocas pré-racionalistas, tradição e carisma dividem entre si a totalidade das direções de orientação da conduta.

Comentários

A conclusão weberiana procede que o mundo está racionalizado pela ciência, a administração e pela gestão rigorosa das empresas econômicas, mas continua a luta entre as classes, as nações e os deuses.

Max Weber dizia: escolha e decisão. A decisão era menos a escolha entre um partido e outro do que o engajamento a favor de um deus que podia ser um demônio.